



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO **140** ANOS
com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 140 NÚMERO 3067 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
JUNHO 2019 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



FESTAS DE LISBOA

Que comece a festa

Junho é mês de alegria. Em todos os bairros, Lisboa respira arraiais e manjericos. A cidade mergulha de cabeça nas festividades dedicadas à cidade e a Santo António. A Voz do Operário celebra, uma vez mais, a tradição po-

pular com o seu arraial e a Marcha Infantil que inaugura as Marchas Populares no Pavilhão Altice Arena e na Avenida da Liberdade. Nesta edição, saiba tudo sobre a programação do Arraial d'A Voz e das festas em Lisboa.



Abstenção volta a marcar eleições

Apesar do aumento do número de votantes, a abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu voltou a ser esmagadora. A encabeçar os resultados, o PS elegeu o maior número de deputados, o BE e o PCP alcançaram dois. Já o PSD e o CDS não conseguiram inverter a queda de há cinco anos. O PAN passa a estar representado com um eleito. **pág. 13**



Utentes celebram passe social único

Foi uma das medidas com maior impacto sobre o rendimento das famílias e o direito à mobilidade. A entrada em vigor do passe social único que abrange todos os transportes públicos não só baixou as tarifas como permitiu derrubar barreiras geográficas. Vários utentes conversaram com A Voz do Operário sobre a mudança. **págs. 8 e 9**

DESTAQUE

Lei de Bases da Saúde

São muitas as notícias que ilustram a falta de investimento num SNS que rebenta pelas costuras. Num contexto em que os partidos à esquerda do PS puxam por avanços e defendem o interesse público, o debate sobre a nova Lei de Bases da Saúde revela também a resistência da direita. **págs. 6 e 7**

SUPLEMENTO



Sentença histórica para polícias

Quatro anos depois, o Tribunal de Sintra deu como provado que oito dos 17 arguidos praticaram sequestro agravado, ofensas à integridade física qualificada, injúria, denúncia caluniosa e falso testemunho. Só um dos agentes foi condenado a prisão efetiva e os restantes a pena suspensa. Acusação e defesa devem recorrer. **pág. 11**

Prossegue a brutal agressão de Israel ao povo palestino

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

O povo palestino continua a ser alvo da mais brutal agressão e opressão por parte de Israel, como o comprovam os recentes bombardeamentos contra a martirizada população da Faixa de Gaza, que provocaram a morte de dezenas de palestinos, incluindo crianças e mulheres grávidas, centenas de feridos e a destruição de prédios de habitação. Como documentado no Relatório recentemente aprovado pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, estes números crescem às centenas de palestinos mortos e dezenas de milhares de feridos pelas forças de repressão de Israel contra as corajosas manifestações da Grande Marcha do Retorno, que há mais de um ano se realizam.

Israel construiu um ignóbil muro de separação, impondo um cruel regime de segregação ao povo palestino. O criminoso bloqueio imposto à Faixa de Gaza mantém os dois milhões de pessoas que vivem naquele território palestino, reféns na sua própria pátria, transformando-o numa imensa prisão, onde nada nem ninguém entra ou sai sem prévia autorização de Israel, em que tudo falta, incluindo os bens e serviços essenciais à sobrevivência da população, nem sequer lhes sendo conferida a possibilidade de fugir dos periódicos bombardeamentos dos agressores sionistas.

Assinalaram-se em 15 de maio os 71 anos da Nakba (catástrofe) que em 1948, por ocasião da instalação do Estado de Israel, se abateu sobre a Palestina, com a expulsão de 750 mil palestinos e a destruição de mais de 500 povoações, em consequência dos ataques perpetrados pelas milícias e brigadas sionistas do exército israelita, numa ação que teve como objetivo a limpeza étnica e a expulsão de toda a população palestina das suas terras e dos lugares onde sempre viveu.

A escalada de violência perpetrada por Israel, acentua a sua política de opressão, sistemático desrespeito pelo direito internacional, bem como das suas opções, com o apoio dos Estados Unidos, de abandonar qualquer perspectiva de solução política para a questão palestina, nomeadamente a solução dos dois Estados, levando a cabo, de

forma declarada, sucessivas violações das resoluções e planos internacionais de paz.

Em resultado da limpeza étnica efetuada por Israel, milhões de palestinos constituem hoje a mais antiga e numerosa população de refugiados do mundo, fruto de uma política que visa o apagar da presença palestina em todos os domínios, em total desrespeito pela resolução 194 da ONU que determina o direito ao retorno dos refugiados palestinos.

Israel deu repetidas provas da sua violência e belicismo contra outros países e povos, possui as mais poderosas forças armadas e é a única potência nuclear da região.

A estratégia dos Estados Unidos no apoio a esta política israelita enquadra-se num propósito mais amplo do imperialismo, de domínio do Médio Oriente e dos seus recursos naturais e energéticos, de que são exemplo as guerras de agressão ao Iraque, ao Líbano, à Líbia e à Síria, bem como as recentes ameaças ao Irão.

Enquadrado neste projeto imperialista, anunciam o “acordo do século”, que visa legitimar a política israelita de anexação dos territórios palestinos ocupados, ao mesmo tempo que tentará impor ao povo palestino uma rendição total, com a renúncia aos seus direitos, incluindo o direito de retorno dos refugiados e da constituição de um Estado palestino tendo Jerusalém Oriental por capital.

Inserem-se neste contexto as recentes declarações do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, anunciando a intenção de proceder à anexação formal de territórios ocupados da Cisjordânia, bem como a atitude da administração de Trump de reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel e a transferência para aí da embaixada dos EUA, o fecho da representação diplomática palestina em Washington e o reconhecimento da soberania de Israel sobre os Montes Golã sírios ocupados.

O povo palestino não está sozinho, tem o apoio dos trabalhadores e do povo de todo o mundo que lhe manifestam a mais profunda solidariedade na sua resistência e luta contra a agressão, contra a destruição e o sofrimento e no seu empenho pelo fim da ocupação e desmantelamento dos colonatos e pela criação do Estado da Palestina, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental e no respeito do direito ao regresso dos refugiados palestinos.

EDITORIAL

Prosseguir a luta

Este é o mês em que Lisboa se enche de festa e cor. Uma vez mais, a Marcha Infantil d'A Voz do Operário vai encabeçar as Marchas Populares nos desfiles no Pavilhão Atlântico e na Avenida da Liberdade. Já o nosso edifício, na Graça, vai receber milhares de visitantes que conosco querem celebrar as festas populares no nosso arraial construído coletivamente e com a beleza que caracteriza quem não renega e defende as raízes populares dos bairros de Lisboa. Para ajudar os nossos leitores, o jornal disponibiliza novamente um suplemento com um guia para saber onde ser feliz durante o mês.

Chegado o verão, os nossos princípios não vão de férias. A luta de todos os dias por melhores condições de vida para os trabalhadores e o país é também ela uma marcha imparável. Apesar de ter havido mais gente a ir às urnas, o peso esmagador da abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu revela o divórcio dos eleitores com as instituições da União Europeia e também a indiferença com a realidade política em que vivem. Sendo Portugal uma exceção, o fascismo foi a primeira força em vários países e constitui hoje um grande perigo em toda a Europa.

São, de facto, décadas de ausência de programas educativos e de campanhas que estimulem a importância da participação ativa dos trabalhadores e das populações em tudo aquilo que lhes diz respeito. A maioria dos deputados eleitos representam o que de pior se tem decidido nos órgãos da União Europeia nas últimas décadas.

Mas são muitos os que lutam por uma vida melhor em Portugal. Foi graças a esses que se conquistaram avanços como o passe único que permitiu a muitas famílias ter mais orçamento disponível em cada mês e que ampliou a mobilidade de muitos passageiros que já não estão limitados ao percurso entre a casa e o trabalho.

No que diz respeito à saúde, importa também lutar pela defesa dos princípios que nortearam o Serviço Nacional de Saúde. Só o combate decisivo de todos pode travar a degradação a que têm estado sujeitos os meios materiais e humanos à disposição do Estado para cumprir com os direitos que todos temos a cuidados dignos de saúde.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

a;nd

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional

**ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE IMPRENSA**

AÇÃO SOCIAL



No caminho da autonomização

Rita Governo, psicóloga, responsável pelo dept. de Ação Social d'A Voz do Operário

Um dos marcos mais importantes na garantia dos direitos sociais é a Constituição da República Portuguesa, onde se estabelece a proteção de todos os cidadãos «na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho» (Artigo 63.º). É este o primordial ponto de partida para o trabalho em ação social n'A Voz do Operário.

Desde a falta de condições socioeconómicas das famílias aos comprometimentos do próprio processo de envelhecimento, é vasta a heterogeneidade daqueles que a nós recorrem. Em Abril de '74 sonhou-se um desenvolvimento comunitário aprofundado, a partir do qual o assistencialismo que marcava as respostas sociais desse lugar a uma intervenção emancipatória que incluísse e autonomizasse indivíduos, grupos e comunidades. O certo é que, apesar dos importantes progressos alcançados, a perspectiva neoliberal em que vivemos levou-nos a um aumento

das desigualdades sociais, provocado por uma desequilibrada distribuição de bens e serviços, desde a saúde às condições habitacionais e passando por direitos tão básicos como o acesso a uma alimentação equilibrada.

Longe de nos movermos em bolhas individuais, quer a própria instituição, quer cada um dos que a ela recorrem, existem em permanente interação entre si e o meio envolvente, contextualizados que estão num tempo e num espaço carregados de desafios. Quer-se com isto dizer que as respostas sociais que aqui se desenvolvem encontram-se também elas inseridas num macrossistema neoliberal, no qual ainda procuramos muitas (demasiadas) vezes garantir as condições de sobrevivência dos indivíduos, ao mesmo tempo que tentamos construir os seus caminhos de capacitação.

As relações que estabelecemos, isto é, as interações com o meio acima referidas, denominamos por Rede Social, a qual desempenha um papel muito importante no bem-estar e qualidade de vida de todos os indivíduos. A Voz do Operário, enquanto serviço de ação social, é também parte da Rede Social dos seus utentes. Mais do que o fornecimento de alimentação confeccionada pelo

Refeitório Social, das atividades socioculturais desenvolvidas em Centro de Convívio, ou do auxílio nas atividades de vida diárias que é garantido pelo Serviço de Apoio Domiciliário, aqui procura-se desenvolver redes de apoio onde cada um encontra recursos emocionais e instrumentais que o ajudem a ultrapassar os desafios que surgem. Desde a utilização do multibanco ao aconselhamento relativo a processos de despejo habitacional, passando pelo ensino da contagem de dinheiro e pelo apoio psicoemocional, os motivos de procura por estas respostas sociais ultrapassam todos os dias aqueles que são os seus propósitos mais evidentes.

Ultrapassada a visão vertical do utente enquanto receptor de apoio com um papel passivo no seu processo de intervenção, procura-se entender cada indivíduo ou família como agentes e contribuidores para a sua própria mudança, principais especialistas naquilo que é a sua experiência e história de vida, e, acima de tudo, parte de uma comunidade na qual podem eles mesmos servir de apoio e de recursos para outros. Só assim é possível superar a ideia de dependência e impotência com que tantas vezes se classificam (e autotransmitem) aqueles que recorrem a respostas sociais e substituí-la por sentimentos de validade, utilidade e poder, conseguidos através do reconhecimento da sua participação e posição social.

Aqueles que trabalham em ação social devem, assim, descalçar o poder que ainda vem marcando o seu olhar sobre os outros, para dar lugar a uma relação horizontal e recíproca, na qual todos têm a possibilidade de aprender. Os valores e crenças que, enquanto profissionais, temos quanto ao nosso relacionamento com os utentes e famílias assumem aqui uma particular importância, uma vez que a relação que estabelecemos é geralmente a médio/longo prazo. As pessoas são afetadas pelas histórias que constroem sobre si próprias, durante as suas vidas e nas relações com os outros e, assim, os seus problemas e desafios situam-se nos significados percebidos e atribuídos nesses contextos. É por isso tão crucial que nos centremos nas competências daqueles com quem intervimos, reconhecendo as suas capacidades e partilhando a responsabilidade de todo o processo interventivo. Sobre isto, Guy Ausloos (2003), terapeuta familiar contemporâneo, escreveu a metáfora mais esclarecedora: «[o utente] não é uma marioneta manipulada através de um grande jogo de sistemas, mas um ator que pode escolher os papéis que lhe propõem, interpretá-los e, por isso, influenciar o desenrolar da própria peça em que aceita representar».

PUBLICIDADE



GERALDO TOMAZ, LDA.

ESTÂNCIA DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Tel.: 218 144 536 | Fax 218 145 993 | gtomazlda@gmail.com

A VOZ DO OPERÁRIO

Acantonamentos escolares: aprender fora de portas



O contexto extra-sala potencia o desenvolvimento de novas competências

Durante o mês de maio, as crianças do pré-escolar do Espaço Educativo da Graça, e as de 1.º ciclo do Espaço Educativo da Ajuda, participaram em acantonamentos escolares. O mote foi proporcionar momentos diferentes na rotina escolar, que intensifiquem o convívio e a autonomia, fortaleçam a relação do coletivo num novo contexto, potenciando o desenvolvimento de novas competências. Aqui ficam os relatos dos educadores e professores responsáveis pela atividade.

1.º ciclo, Escola da Ajuda Professores do 1.º ciclo da Ajuda

Todos os anos organizamos uma semana de trabalho fora de portas. Este é o maior projeto do primeiro ciclo em cada ano letivo, o nosso acantonamento.

Este ano, Setúbal pareceu-nos uma boa possibilidade e a partir do primeiro contato telefónico com a Câmara Municipal percebemos que seríamos muito bem recebidos e que a cidade tinha uma grande oferta de atividades para nos propor.

O passo seguinte foi a escolha da comissão de organização. Em cada turma, escolheram-se, segundo critérios definidos pelos grupos, duas ou três crianças para formar a comissão. Como sempre, coube à comissão organizar os pormenores de todos estes dias fora da escola. Recolher, junto de cada criança, as suas preferências no que diz respeito à alimentação, definir a organização dos quartos, o material individual necessário, o material coletivo, o programa, o orçamento....

Qualquer participante pôde fazer as propostas à co-

missão. Todos os contributos foram recolhidos, tratados, discutidos e aprovados pelo grupo, numa reunião em que a comissão apresentou a todos a organização do acantonamento. A comissão apresentou também este trabalho na reunião para os pais.

Porque a nossa escola fica numa cidade, nos últimos anos, temos tentado optar por locais mais rurais. Este era o único inconveniente que víamos na cidade de Setúbal, porém, o receio de que tudo fosse mais impessoal, ficou rapidamente desfeito uma vez que em todos os locais onde fomos, sentimo-nos em casa e recebidos de braços abertos.

As pessoas receberam-nos com um sorriso franco nos lábios e uma enorme disponibilidade, fosse uma visita mais formal, como por exemplo ao centro interpretativo do roaz ou ao museu do trabalho, ou mais informal como ao mercado do livramento, onde o peixeiro que ali conhecemos nos explicou quais os peixes que vivem nas águas mais profundas ou mais à superfície e quais os que são bons nadadores ou os que precisam de se camuflar.

Estes são também dias de emoções à flor da pele, cheios de saudades, de colos e de afetos, para nós e para os pais que ficam em casa, ansiosos porque lhes roubamos os seus tesouros mais valiosos sabendo porém que quando voltarem, estarão ainda mais ricos e preciosos.

Esta foi uma aventura que nos transformou a todos. Não só às crianças, que voltaram mais crescidas e seguras de si, com os laços reforçados com os pares e adultos, mas também a nós, adultos responsáveis pelo projeto, pela oportunidade de continuar a conhecê-los e a conhecer-nos. Porque todos vivemos coisas únicas, que certamente iremos recordar durante muito tempo.

Pré-escolar da Graça passa dois dias de aventura! Educadores do pré-escolar da Graça

O convite surgiu cedo: para uma aventura grande, como esta, precisamos de tempo para que nos sintamos verdadeiramente envolvidos em todo este planeamento. A pergunta foi clara: “Quem quer participar no acantonamento este ano?”

Rapidamente nos deixámos contagiar pelo entusiasmo de todos os que tinham vivido esta aventura, no ano anterior:

“No acantonamento há burros! E podemos andar na carroça puxada por eles.” (Gastão)

“E, sabes, à noite, vamos à discoteca!” (João)

“Dormimos num quarto muito grande, que se chama camarata. Há beliches e podemos dormir na cama de cima.” (Maria)



O acantonamento das crianças do pré-escolar durou dois dias

Envolvemos-nos em todo o processo de preparação para esta que foi a nossa GRANDE AVENTURA: conversámos, refletimos e decidimos tudo o que precisávamos de levar na nossa bagagem. Em sala, registámos tudo para não nos esquecermos; em família, com amor, preparámos tudo o que precisávamos.

Chegados ao grande dia, despedimos-nos das famílias com alegria. Estávamos conscientes de que, nos dias seguintes, estaríamos rodeados dos nossos amigos, colegas e adultos que (também) nos são tão próximos. Este foi um dos momentos mais significativos para nós, um desafio e experiência ao qual nos propusemos e que aceitámos com muita expectativa. A animação começou logo à chegada do autocarro: brincadeiras, gargalhadas e muita música!

À nossa espera estavam dias cheios de surpresas, desafios e muitas atividades ao ar livre.

Nas diversas atividades as crianças participam em grupos, nos quais, os mais velhos ajudam e incentivam os mais novos. O convívio potencia a que novas relações de amizade e descobertas floresçam na criança.

Esta é, sem dúvida, uma experiência significativa para todos nós! No decorrer dos dias do acantonamento são vários os momentos em que as crianças se deparam com momentos e atividades que potenciam o nosso desenvolvimento. Do ponto de vista da autonomia e da independência, somos envolvidos em todas as tarefas indispensáveis à vida do dia a dia (vestir-se / despir-se, calçar-se / descalçar-se, apertar / desapertar, utilizar a casa de banho, comer utilizando adequadamente os talheres, etc).

Inerente a tudo isto está o propósito dos educadores na escolha dos locais para acantonar, no qual se pretende que os espaços culturais proporcionem o contacto com a natureza e com o meio rural. As atividades têm por objetivo a envolvimento em espaços e locais de convívio com o outro, no qual fortalecem a relação com o grupo, fora da escola e longe do núcleo familiar, onde as decisões são tomadas de forma coletiva e democrática.

1.º e 2.º ciclos da escola da Graça realizam acantonamento de 24 a 27 de junho

Na última semana de junho, as crianças da escola da Graça rumarão à Póvoa do Lanhoso para o habitual acantonamento de final de ano letivo.

Trata-se de um momento de quase férias escolares, num contexto extra-sala, mas onde permanece uma perspetiva de desenvolvimento de competências potenciadas pelo contexto.

O acantonamento começou a ser preparado no 2.º período e as diferentes tarefas foram divididas entre as várias turmas: os alunos do segundo ciclo encarregam-se da contabilidade. A lista de material a levar nas mochilas, e que será enviada aos pais, foi elaborada pelo primeiro ano. A programação das atividades e listagem de regras de segurança para cada uma delas, foram fruto de discussão coletiva.

Esta experiência de organização do acampamento será partilhada entre os colegas e apresentada aos pais dia 21 de junho.

BAIXA DA BANHEIRA

Jerónimo de Sousa visita A Voz do Operário

Uma delegação do PCP, encabeçada por Jerónimo de Sousa, visitou na semana passada o Espaço Educativo da Baixa da Banheira no âmbito do Dia Mundial da Criança. O secretário-geral comunista destacou a importância de “reforçar a ideia do direito das crianças a serem felizes”, conversou com alunos e funcionários e reuniu-se com a coordenação do espaço.

Durante o encontro, Jerónimo de Sousa falou das propostas do seu partido com o objetivo de fazer avançar os direitos das crianças e das suas famílias. Os representantes do PCP deram a conhecer ainda algumas das conquistas sociais nesta matéria nos últimos anos, alcançadas com a sua intervenção na Assembleia da República e junto do governo. Recordaram a gratuidade dos manuais escolares, que a partir de setembro vão incluir também o 3.º ciclo, a gratuidade dos passes sociais intermodais até aos 12 anos, já em vigor em grande parte do país. Por outra parte, valorizaram ainda a redução do número de alunos por turma, a reposição do apoio às visitas de estudo. No campo da maternidade, os comunistas entendem que foi importante aprovar o pagamento a 100% do subsídio de gravidez por riscos específicos, a proibição da discriminação pelo exercício dos direitos de maternidade e paternidade e a viabilização da licença para apoiar crianças com doença crónica ou oncológica.

À comunicação social, Jerónimo de Sousa falou também do muito que ainda falta fazer e insistiu que o caminho de avançar nos direitos “é importante”. Referiu ainda que apesar dos conselhos para que se vacinem as crianças muitas ainda são caras e inacessíveis às famílias com dificuldades económicas. Acrescentou que “faltam medidas para apoiar os pais, sobretudo, nos horários, salários e vínculos”.



SERVIÇO NACIONAL DA SAÚDE



A saúde como direito vs. a saúde como negócio

A notícia de que o Hospital Amadora-Sintra deixou uma grávida em trabalho de parto ir sozinha para outro hospital por falta de vagas é apenas uma das muitas que ilustram a falta de meios de uma rede de cuidados de saúde que rebenta pelas costuras. Mas a luta de décadas dos utentes e trabalhadores num contexto em que o PS governa o país condicionado pelos partidos à sua esquerda também provoca avanços. O governo anunciou o fim das Parcerias Público Privada nos hospitais de Braga e Vila Franca de Xira quando se discutem as propostas para uma nova Lei de Bases da Saúde e se tenta, à esquerda, acabar com a promiscuidade entre o público e o privado.

Bruno Amaral de Carvalho

Este é o ano em que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) cumpre 40 anos. Em 1976, a Assembleia Constituinte aprovou a Constituição da República Portuguesa e lançou as bases daquele que foi apontado, ao longo dos anos, como um dos melhores sistemas públicos de saúde a nível global. “O atraso técnico-científico da medicina era enorme e o regime fascista não identificou nenhuma necessidade de melhorar a situação”, recorda Carlos Silva Santos à A Voz do Operário. O médico aposentado que foi docente da Escola Nacional de Saúde Pública, coordenador do Cen-

tro Regional de Saúde Pública de Lisboa e Vale do Tejo e coordenador nacional do Programa de Saúde Ocupacional atribui a esses médicos e ao secretário de Estado da Saúde, António Galhordas, logo em 1974, “o lançamento das bases para a criação de um SNS com acesso a todos os cidadãos”. Em junho de 1975, o 4.º governo provisório, de Vasco Gonçalves, “cria por despacho a mais profunda e efetiva medida operacional que estendeu os cuidados de saúde a toda a população, antecipando na prática o SNS que viria a ser plasmado na Constituição publicada em 1976”.

A Constituição passou a afirmar no artigo 64.º que “todos os têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e

promover”. Esse direito “efetiva-se através da criação de um serviço nacional de saúde universal”, tendencialmente gratuito. Para assegurar o direito à proteção da saúde, a carta magna sublinha também que incumbe prioritariamente ao Estado “garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação, bem como uma racional e eficiente cobertura médica e hospitalar de todo o país”.

É, então, a 15 de setembro de 1979, apesar dos votos contra de PSD e CDS, que se cria o SNS, no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais, enquanto instrumento do Estado para assegurar o

direito à proteção da saúde, nos termos constitucionais. O acesso é garantido a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social, bem como aos estrangeiros, em regime de reciprocidade, apátridas e refugiados políticos. É do entendimento dos legisladores que o SNS envolve todos os cuidados integrados de saúde, compreendendo a promoção e vigilância da saúde, a prevenção da doença, o diagnóstico e tratamento dos doentes e a reabilitação médica e social. E definem ainda que o acesso é gratuito, mas contempla a possibilidade de criação de taxas moderadoras, a fim de racionalizar a utilização das prestações.

SNS debaixo de fogo

Logo em 1982, apenas três anos depois da primeira Lei de Bases da Saúde, PSD e CDS-PP tentaram descaracterizar a essência do SNS através de uma proposta legislativa do governo PSD/CDS/PPM liderado por Pinto Balsemão que visava a alteração de cerca de quarenta artigos da lei. Só não foi possível porque o Tribunal Constitucional se opôs ao conteúdo da iniciativa. Mas nesse mesmo ano, de acordo com Carlos Silva Santos, “acabaram com o serviço médico à periferia sem terem organizado a sua substituição”. Daí em diante os cuidados primários de saúde viveram e vivem em dificuldades. “Passam a faltar médicos de forma continuada. Depois de 1982 nunca mais existiu uma cobertura total nos cuidados primários. Ainda hoje temos mais de 700.000 utentes sem médico de família e o enfermeiro de família tarda em ser uma realidade sistemática”.

Oito anos depois, em 1990, foi aprovada uma nova Lei de Bases da Saúde que integrou a ideia da gestão dos hospitais por regras empresariais. Nela previa-se, por exemplo, o apoio ao “desenvolvimento do setor privado da saúde [...] em concorrência com o setor público”, dando espaço à “criação de incentivos à criação de unidades privadas e na reserva de quotas de leitos de internamento em cada região de saúde”. Outra das novidades foi a abertura à ideia da “mobilidade entre o setor público e o setor privado” como objetivo da política de recursos humanos da saúde. Isso traduziu-se, de facto, num forte crescimento do setor privado da saúde, quase sempre acompanhado por efeitos negativos no SNS, sobretudo ao nível da competição por profissionais do setor. Esta Lei de Bases da Saúde apenas sofreu uma revisão em 2002.

Nesse ano, o recém-formado governo liderado por Durão Barroso promoveu o Novo Regime Jurídico da Gestão Hospitalar. Na proposta de lei, apresentada aos deputados de então, entre as mudanças aprovadas encontrava-se “o pagamento dos atos e atividades efetivamente realizados através de uma classificação de atos médicos, técnicas e serviços de saúde, a consagrar numa tabela de preços de referência”. Mas o mais grave aparecia no capítulo da gestão hospitalar encetando o caminho de transformar os hospitais integrados na Rede de Prestação de Cuidados de Saúde em diferentes figuras jurídicas, incluindo “sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos” e “estabelecimentos privados, com ou sem fins lucrativos, com quem sejam celebrados contratos”. O governo de coligação entre o PSD e o CDS-PP abria também portas aos protocolos com privados. Mediante autorização do Ministro da Saúde, os hospitais passavam a poder “associar-se e celebrar acordos com entidades privadas que visem a prestação de cuidados



O fim das taxas moderadoras é um dos pontos de discussão da nova Lei de Bases da Saúde

de saúde, com o objetivo de otimizar os recursos disponíveis”.

Mas ao longo de décadas, utentes, sindicatos e partidos de esquerda contestaram a descaracterização do SNS e exigiram o fim da promiscuidade entre o público e o privado através da transferência de atribuições, competências e recursos, sobretudo para os grandes grupos privados. Durante o período da troika, os cortes na despesa com a saúde entre 2010 e 2013 foram superiores a 1.300 milhões de euros, ficando 30% abaixo da média da despesa pública em função do PIB na União Europeia. Desapareceram, do serviço público, mais de três mil camas e paralelamente cresceram nas unidades hospitalares privadas cerca 2500. Hoje, fica cada vez mais evidente o subfinanciamento crónico, denunciado pelo médico Carlos Silva Santos, a desorganização, a ausência de planeamento e constrangimentos aos recursos humanos e materiais e a desvalorização laboral dos profissionais de saúde: “As falhas do SNS de há muito identificadas são essencialmente a falta de recursos humanos e também o encerramento de muitos serviços para favorecer os privados. O público em geral faz mais e melhor do que o privado em matéria de cuidado na doença. Somente o público se interessa pela prevenção da doença e promoção da saúde.”

Nova Lei de Bases da Saúde em discussão

Apesar de Carlos Silva Santos entender que o governo tinha todas as condições para promover mudanças positivas no SNS sem mexer na lei, o PS avançou a 13 de dezembro do ano passado, no Conselho de Ministros com uma proposta de lei para uma nova Lei de Bases da Saúde para ser discutida na Assembleia da República. Trinta anos depois de a última ter sido aprovada, o governo pretende agora acabar com a lei de 1990 que equiparava o SNS aos outros prestadores de

cuidados e previa mesmo o apoio ao desenvolvimento do setor privado “em concorrência” com o setor público. A lei veio também facilitar a mobilidade de profissionais entre o setor público e o setor privado e esse será um dos pontos a ser alterados.

“Pode ser um contributo para travar a sangria do setor público pelo privado. No entanto tal já podia ser feito mesmo com a actual legislação. Veremos o resultado desta confrontação com a direita e se o governo do PS resiste ou não. O caso mais flagrante da tentativa de liquidar o SNS é o inglês, em que a verificação dos graves prejuízos atenuou o caminho para o abismo”, sublinhou Silva Santos.

Para o médico, é preciso “romper com o atrofiamento do SNS, voltar aos princípios originais e constitucionais de gestão descentralizada e participada, financiamento suficiente para investimento em instalações e equipamento, reforço relevante de recursos profissionais de todas as categorias. Sem um planeamento integrado de cuidados e serviços com a valorização da acessibilidade e da resposta às necessidades de saúde e de doença das populações não avançaremos e andaremos para trás”.

O certo é que as reivindicações das comissões de utentes e dos sindicatos estão hoje muito mais presentes nas mesas de negociação por via do entendimento do governo com BE, PCP, e PEV e há um braço de ferro com um PS avesso a mudanças estruturais na saúde. É de notar que esta é a primeira vez que um governo PS se atreve a meter um dedo numa Lei de Bases da Saúde.

Como se pode ler na exposição de motivos da proposta da nova lei, entende que “nos últimos anos tem-se assistido a um forte crescimento do setor privado da saúde, quase sempre acompanhado por efeitos negativos no SNS”. Ou seja, pretende-se passar de uma visão concorrencial entre público e privado para um sistema complementar, que privilegia o

SNS e a gestão pública. Esta alteração tem-se traduzido, sobretudo, numa discussão sobre as parcerias público-privadas (PPP). Na versão saída do Conselho de Ministros, em dezembro, lê-se que “a gestão dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde é pública, podendo ser supletiva e temporariamente assegurada por contrato com entidades privadas ou do setor social”. Houve, entretanto, uma versão que o governo chamou de “documento de trabalho” que previa apenas a gestão pública mas o PS recuou e passou a admitir a existência de PPP embora com algumas limitações. Já o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, disse que fechar a porta a PPP na saúde seria “irrealista”.

No âmbito das taxas moderadoras, o PS propõe o fim da cobrança de taxas moderadoras nos cuidados primários de saúde e considera que a lei deve determinar a sua isenção em função da condição de recursos ou da especial vulnerabilidade do cidadão. Estas alterações ao sistema de pagamento das taxas moderadoras constam das propostas de alteração ao diploma entregues no parlamento pela bancada do PS. Ao contrário do BE e do PCP, que rejeitam a existência de taxas moderadoras representando, assim, a luta dos utentes contra uma visão mercantilista da saúde, os deputados do PS defendem que “a lei pode prever a cobrança de taxas moderadoras”, mas, logo a seguir, propõem uma série de mudanças para reduzir o universo dos cidadãos abrangidos pelo pagamento.

O PCP, PSD e CDS-PP apresentaram propostas alternativas que baixaram à comissão, sem votação na generalidade, onde estão agora a ser debatidas em conjunto com o documento apresentado pelo PS. As propostas do PSD e do CDS-PP tentam, naturalmente, preservar na essência os princípios fundamentais da atual Lei de Bases e o PCP procura acabar definitivamente com a promiscuidade entre o público e o privado. A proposta dos comunistas defende o fim das taxas moderadoras, a extinção das unidades de saúde que funcionam em regime de PPP e de Entidades Públicas Empresariais, elimina o modelo de nomeação para os órgãos de gestão e direção dos estabelecimentos e serviços do SNS. O PCP propõe ainda a “integração de todos os profissionais nas carreiras e remunerações adequadas de forma a incentivar e valorizar o regime de trabalho a tempo completo e a dedicação exclusiva ao SNS”.

Quando 51% do Orçamento do Estado para a saúde vai para privados, Silva Santos entende que esse é um caminho urgente para que não aconteça como noutros países onde os “sistemas de seguro de doença em geral não têm melhores cuidados para toda a população”. Os mais pobres têm difícil acesso a cuidados de saúde e os resultados em esperança e qualidade de vida “são mesmo inferiores aos nossos”, denuncia.

UTENTES DOS TRANSPORTES PÚBLICOS

“Passei a exercer o direito à mobilidade”

São utentes dos transportes públicos urbanos e suburbanos e fazem diferentes trajetos. Durante anos, pagaram valores que nalguns casos triplicavam o que agora pagam. Finalmente, estão em vigor os novos passes e tarifas que englobam todos os transportes públicos dos 18 concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa (AML) naquilo que já é considerado o maior avanço na mobilidade urbana desde 1976. A partir de agora, os utentes passam a poder deslocar-se de forma ilimitada entre os vários municípios com um único passe com o valor de 40 euros mensais e dentro de um único município por 30 euros. Para além destes dois passes, cada família pode pagar num único título de transporte - com o número de passes correspondente ao agregado familiar - o máximo de 80 euros. Também os reformados e pensionistas vão ter um título próprio no valor de 20 euros, válido para toda a AML, sendo que continuam a existir passes municipais com valor reduzido, como o Navegante Urbano, em Lisboa, com o custo mensal de 14,70 euros.



Joana Nunes, Rio de Mouro

Quanto é que pagava antes pelo passe e que tipo de passe tinha?

JN: Pagava 42,70 do passe da CP (três zonas) que me permitia andar entre Rio de Mouro e Lisboa, para fazer o percurso casa-trabalho. Sendo que ainda fazia uma parte do percurso a pé para não ter de tirar passe de metro, pois aí teria de pagar 60 euros de passe.

E agora?

JN: Agora, sendo mais barato, tenho acesso a todos os transportes. É uma alteração radical na forma de estar, não tanto no dia-a-dia, percurso casa-trabalho mas em tudo o resto que faço fora do trabalho. Passei a exercer o meu direito à mobilidade. Claro que há

outros problemas, nomeadamente, a quantidade dos transportes, os horários, que são manifestamente insuficientes.

João Lopes, Barreiro

Quanto é que pagava antes pelo passe e que tipo de passe tinha?

JL: Pagava 62,90 euros por mês e o passe que tinha dava-me direito a autocarros no Barreiro, barcos da Soflusa/Transtejo e Carris e Metro em Lisboa.

Vive com mais alguém? Quanto é que gastavam no total do agregado familiar em transportes?

JL: Sim, vivo com mais uma pessoa em casa e apenas

eu utilizo transportes públicos, pelo que o gasto mensal era o que referi na questão anterior.

E agora, quanto é que gasta?

JL: Agora pago 40 euros, pelo que obtive uma poupança mensal de 22,90 euros por mês.

A redução das tarifas veio aliviar o orçamento familiar?

JL: No meu caso em concreto, a poupança apesar de ser praticamente 1/3, em termos de numerário não muda radicalmente o orçamento familiar. Contudo, acho esta medida muito benéfica para todos os que usufruem dela. Sei que existem bastantes pessoas e/ou agregados familiares com uma diferença brutal mensalmente, nomeadamente pessoas que se deslocam para Lisboa

oriundas dos concelhos que fazendo parte da Área Metropolitana de Lisboa. São ainda a uns quilómetros consideráveis de distância, como por exemplo Setúbal em que sei que a poupança mensal por pessoa ultrapassa os 100 euros.

Achas que a luta dos utentes e dos trabalhadores foi determinante para esta conquista?

JL: Claro que ajudou, e ajuda sempre. Mas, como em quase tudo neste país, a voz e luta dos trabalhadores é pouco ouvida pela Assembleia da República. Pelo que sei, era uma proposta que já estava em cima da mesa há algum tempo pelo BE e CDU e que, estava em águas de bacalhau. Mais uma vez, diria que o facto de ser ano de eleições pode ter dado um “empurrãozinho” decisivo, e o povo agradece!

É preciso aumentar a frequência e a oferta de transportes públicos como reivindicam os sindicatos e as comissões de utentes? Porquê?

JL: Sim, claro. Vejamos, os números que foram anunciados pela comunicação social como aumento de utilização dos transportes públicos desde a medida do novo passe social único que são entre 8% e 15%. Se existem mais utentes a utilizar os transportes públicos e os mesmos cada vez existem em menos quantidade e qualidade é normal que possamos assistir a uma nova queda do uso dos transportes públicos o que em termos de tráfego nas cidades e, principalmente, em termos ambientais será dramático! Foi anunciado em abril, pela Soflusa, pelo previsível aumento de utentes devido à implementação da medida dos novos passes sociais, o aumento de carreiras (com especial enfoque nas denominadas horas de ponta). Ora, não só não existe o proclamado aumento de carreiras como ainda existiu um corte brutal na quantidade da mesma, pelo que estas medidas de alívio orçamental são fantásticas mas têm de ter correspondência na qualidade do serviço. Como diz o povo, não vale de nada pagar menos por um serviço pior ou inexistente. De referir também um exemplo patético de como não acompanhar a quantidade com a qualidade. Estou a falar dos comboios da Fertagus que decidiram aumentar o espaço no interior dos comboios devido ao aumento de utentes. Ou seja, não colocar mais carruagens nos comboios mas sim... retirar os bancos das carruagens existentes!

Os transportes são um direito ou um serviço que deve ser pago?

JL: Na minha opinião, os transportes deveriam ser um direito, a mobilidade deveria ser um direito, mas neste país não o é. Para mim, existem áreas estratégicas de um país que não devem nunca ser entregues a privados, uma vez que quando isso acontece deixamos de ter autonomia e estamos subjugados à vontade e interesse de terceiros.

Maria Dávila, Cascais

Quanto é que pagava antes pelo passe e que tipo de passe tinha?

MD: Eu sou investigadora, vivo em Alcabideche e trabalho em Lisboa. Antes do novo passe social tinha dois passes, um 3B da Scotturb/CP, que custava cerca de 90 euros mais o passe metro/carris que custava 36 euros e tal. Ou seja, 126 euros no total.

Vive com mais alguém? Quanto é que gastavam no total do agregado familiar em transportes?

MD: No meu agregado familiar, havia mais uma pessoa nestas condições. Agora pago 40 € para a rede toda, o que me permite escolher se utilizo a linha de Cascais ou a de Sintra. O meu agregado familiar agora paga um total de 80€.

O passe metropolitano será válido nos 18 concelhos da AML, integrada pelos municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.

A redução das tarifas veio aliviar o orçamento familiar?

MD: A redução das tarifas veio aliviar em muito o meu agregado familiar e permite-me também considerar comprar o passe quando não tenho bolsa de investigação. Os contratos de bolsa são muitas vezes pagos com efeitos retroativos e o preço absurdo dos meus passes não me permitia muitas vezes vir trabalhar. Sem passe, gastava cerca de 10€ por dia cada vez que vinha a Lisboa. Ou seja, quem não tinha passe vinha só mesmo à capital por motivos de força maior, sendo-lhe bloqueado o acesso a eventos culturais, ao convívio com os amigos, etc.

Esta medida vai abranger também outras 21 comunidades intermunicipais do país com 85% da população a ser beneficiada pela redução de preços. Na Área Metropolitana do Porto, já em vigor, o passe assume as mesmas características que em Lisboa e atinge 17 concelhos.

É preciso aumentar a frequência e a oferta de transportes públicos como reivindicam os sindicatos e as comissões de utentes?

MD: É preciso aumentar a frequência, a oferta dos transportes e alargar os seus horários. Na linha de Cascais, os últimos anos foram de cortes sucessivos na oferta e frequência de comboios. As pessoas viajam de pé, sem condições algumas, mas também esperam meia-hora ao fim de semana e vinte minutos durante a semana por cada comboio.

Com o aumento do turismo, mas também a frequência das praias, a CP criou até bilhetes específicos para estas situações, não salvaguardando, no entanto, os direitos dos utentes que utilizam os serviços diariamente.

Ágata Marques, Vila Franca de Xira

Quanto é que pagava antes pelo passe e que tipo de passe tinha?

AM: Eu sou técnica superior no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, e vivo em Vila Franca de Xira. Antigamente, pagava cerca de 80 euros. Tinha Cp+Navegante.

Vive com mais alguém? Quanto é que gastavam no total do agregado familiar em transportes?

AM: Vivo com o meu namorado. Ao todo gastávamos 160 euros por mês. Agora, pago 40 euros. Com esta mudança, os dois, gastamos 80 euros. Ou seja, pelo preço de um passe antigo, temos agora dois. Sem dúvida, faz bastante diferença. Poupar 80 euros por mês é uma diferença substancial num orçamento apertado.

Acha que a luta dos utentes e dos trabalhadores foi determinante para esta conquista?

AM: Acho que a insistência dos utentes foi bastante importante mas acredito que não foi determinante. Foi uma medida muito mais ecológica, uma tentativa de mostrar que há uma preocupação com o ambiente. Querem que a cidade tenha menos carros, que as pessoas usem mais os transportes públicos mas acho que é começar a casa pelo telhado porque os preços reduziram mas a oferta de transportes não aumentou. Há mais procura, mais utentes, mas não há transportes suficientes para todos.

É preciso aumentar a frequência e a oferta de transportes públicos como reivindicam os sindicatos e as comissões de utentes?

AM: Sem dúvida, por tudo o que já disse antes. Devia ter acontecido uma redução dos passes e um aumento da oferta de transportes. Os transportes já não eram suficientes antes da implementação desta medida, já havia falta de carruagens, já havia poucos horários, agora, com uma maior procura, a situação só fica mais incomportável.

A mobilidade dos habitantes da Área Metropolitana de Lisboa nunca foi democrática desde que se privatizaram vários dos transportes urbanos. Durante décadas, a esmagadora maioria da população deixava boa parte do rendimento mensal para vender a sua força de trabalho e submeter-se a uma mobilidade exclusivamente dedicada às viagens entre a habitação e o emprego. Não havia dinheiro para mais. Hoje, apesar de haver muito a melhorar na qualidade dos transportes públicos, abrem-se fronteiras geográficas que corroboram que, finalmente, a mobilidade começa a ser exercida como um direito. Um setubalense pode, agora, deslocar-se da sua cidade e viajar até Cascais sem pagar mais do que o valor do passe mensal e isso diz muito da importância desta medida.

LOURES



Extensão da linha do metro é vital para o desenvolvimento da AML

Extensão do Metro é exigência

A extensão do metro até ao concelho de Loures foi defendida por alguns autarcas da Área Metropolitana de Lisboa (AML). O presidente da Câmara Municipal de Mafra, o presidente da Câmara Municipal de Loures e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa consideram que esta medida ajudaria a diminuir a entrada de carros em Lisboa.

O autarca de Loures, Bernardino Soares, disse que é importante “baixar os custos”, mas que ainda é necessário existirem “condições de rapidez e conforto”. Bernardino Soares frisou ainda que o facto de Loures não ter um transporte como o metro ou comboio é uma “forte limitação para o desenvolvimento do concelho”.

Na mesma linha, Hélder Silva, autarca de Mafra,

defendeu que esta medida seria uma “enorme mais valia”. “Irei bater-me para que o metro venha para Loures”, afirmou.

Fernando Medina, presidente da Câmara de Lisboa, também falou, tendo revelado que a AML irá “apresentar um plano de investimento ao governo que contempla uma verba de 1.100 milhões de euros para transporte pesado”.

“Estamos a finalizar a proposta para depois negociar com o Governo. Não há nenhuma solução que não seja do âmbito metropolitano, uma vez que beneficiará toda a região, inclusive a cidade de Lisboa”, rematou.

Os autarcas defenderam a ideia durante uma conferência sobre mobilidade e sustentabilidade.

SETÚBAL

Autarcas criticam subfinanciamento da região

Subfinanciamento é a palavra que condensa a denúncia feita pela Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), transmitida na passada sexta-feira ao ministro do Planeamento, Nelson Souza.

Numa reunião, a pedido da associação presidida por Rui Garcia, que é também o presidente da Câmara Municipal da Moita, ficou claro que os níveis de investimento nacional e comunitário são “manifestamente insuficientes” para fazer face às necessidades de desenvolvimento económico e social das populações, sendo de “elementar justiça” corrigir esta situação.

De acordo com o diagnóstico realizado pela AMRS, o subfinanciamento da Península de Setúbal tem reflexos em todos os setores da comunidade, designadamente na requalificação do espaço urbano, “que tem vindo a ser assumida quase em exclusivo pelos orçamentos municipais”, ao contrário de outras regiões do País, com um nível de riqueza produzida idêntico ao da região.

Os municípios defendem que o debate sobre o futuro Quadro Comunitário de Apoio (QCA) “não pode ser desligado” da realidade nacional, ou seja, os “profundos desequilíbrios e assimetrias” com que o País está confrontado “requerem a mobilização de recursos para investir em territórios específicos e em matérias estruturantes ao seu desenvolvimento, como é o caso da Península de Setúbal”.

Neste sentido, reforçam, o próximo QCA deve assumir-se como uma oportunidade para “corrigir desigualdades, no território e na sociedade”.



... o fogo e as cinzas

Ardeu a Notre Dame e todos os europeus e talvez mais nós, portugueses, tão ligados como estamos à cultura francesa, sentimos o desastre mais que quaisquer outros e isso também porque o fogo está omnipresente no destino nacional.

Singularidade da nossa língua: fogo tanto pode significar casa, aconchego, paixão como destruição e tragédia.

Na memória de muitos estarão ainda os incêndios que nos últimos anos ocorreram em Lisboa: o

do Teatro Nacional D. Maria, o do edifício da antiga Faculdade de Ciências, o do Chiado e o da Câmara Municipal de Lisboa.

Todos eles, pelo seu significado e pelos bens destruídos, chocaram a sensibilidade da população e todos eles desencadearam a pergunta: que fazer com estas ruínas?

O Teatro Nacional D. Maria foi reconstruído, mantendo o mesmo destino de sala de espetáculos, funcionalmente modernizado e seguindo um desenho imitador do passado e próximo, portanto, do *pastiche*.

O edifício da antiga Faculdade de Ciências continua como polo cultural, agora ao serviço de uma museologia ativa, mantendo-se quase sem alterações a sua volumetria e a sua imagem exterior.

No Chiado, arderam 18 edifícios e 18 edifícios foram reconstruídos para as mesmas funções, obedecendo o desenho das fachadas a uma total fidelidade ao “estilo” pombalino ou ao ecletismo do início do século passado e mantendo-se nas ruas como elementos da paisagem urbana os mesmos materiais, os desenhos do pavimento e os mesmos candeeiros de iluminação pública.

Nos Paços do Concelho ocorreu uma frutuosa aliança entre a cultura e a vontade política, tendo, simbolicamente, a edilidade continuado a funcionar nas ruínas entre escombros e os critérios de reconstrução foram claramente definidos naquele ambiente: o edifício continuaria a ser a sede representativa do Poder local, regressaria à pureza inicial da sua feição neoclássica, seria expurgado de todos os elementos apostos e tudo o que fosse possível restaurar seria restaurado e tudo o que fosse necessário construir de novo seria feito com recurso a novas técnicas e de desenho contemporâneo, critérios que se estenderam ao arranjo da Praça do Município.

Quatro exemplos, quatro vias, quatro critérios que tanto podem merecer aplausos como críticas e que nos levam a constatações e perguntas: Como será a nova Notre Dame?

Dois dos desastres referidos foram consequências de obras no local.

Ao nosso preciosíssimo S. Carlos, que vai entrar em obras, estão garantidas as necessárias condições de segurança?

Não vá o Belzebu fazer das suas...

Francisco da Silva Dias

Transportes
públicosDesaforo não
tem limites

Como tem sido denunciado publicamente pelas organizações sindicais e as comissões de trabalhadores, a falta de pessoal é um problema que afeta de forma significativa a capacidade das empresas de transportes públicos darem respostas às necessidades dos utentes. Porque são os primeiros a receber os protestos dos passageiros pelo mau serviço prestado, como se fosse da sua responsabilidade, vendo-se envolvidos num problema para o qual não contribuíram. Porque são sobrecarregados com um volume de horas extraordinárias que lhes acarretam níveis de desgaste físico e psicológico ao qual não deviam estar sujeitos, ao que acresce muitas vezes a falta de tempo para apoio e convívio familiar.

Como se isso não bastasse, veio agora a administração da Soflusa dirigir-se aos passageiros de que «por constrangimentos laborais, podem ocorrer perturbações» que «pode implicar a supressão de carreiras e a irregularidade de horários, em alguns períodos».

Mas que constrangimentos são esses? Pura e simplesmente a falta de pessoal, ou seja, a sua incúria por não tomarem as medidas necessárias para a admissão dos trabalhadores necessários.

Como veio a público esclarecer um dirigente sindical, para garantir o serviço dos atuais horários, faltam quatro mestres e quatro marinheiros, sem contar eventuais baixas médicas, situação que se agravará com as reformas previstas, se a “gestão” continuar a seguir o mesmo modelo.

Com a expressão “constrangimentos laborais”, os gestores da Soflusa tentam induzir que as perturbações são causadas por alguma luta dos trabalhadores. Reconheçamos que é de mestres da manipulação.

Os factos demonstram que também no setor de transportes quem mais defende a admissão dos trabalhadores necessários para as necessidades de serviço são os trabalhadores.

Em janeiro e fevereiro, houve greves na Soflusa onde uma das reivindicações era a admissão de trabalhadores. Em março a comissão de Trabalhadores da CP, em declarações à comunicação social, reclamava a admissão de trabalhadores para a EMEF, empresa da CP. A 11 de abril foi entregue ao primeiro-ministro, pela federação sindical do setor, um documento em que se exigia a tomada de medidas para que houvesse admissão dos trabalhadores necessários. Para 30 de abril esteve marcada greve na CP com a exigência de admissão de trabalhadores. Mas estas reivindicações e as lutas em torno delas não são recentes. Já em 28 e 29 de março de 2017 os trabalhadores da Transtejo fizeram greve pela recuperação da frota, o que exigia, entre outras coisas a admissão de trabalhadores.

Rego Mendes

COVA DA MOURA

Oito agentes policiais
condenados por sequestro,
agressões e injúria

Numa decisão histórica, um agente da PSP foi condenado a prisão efetiva e outros sete a pena suspensa. Quatro anos depois, o Tribunal de Sintra deu como provado que oito dos 17 arguidos praticaram sequestro agravado, ofensas à integridade física qualificada, injúria, denúncia caluniosa e falso testemunho. Por terra caíram as acusações de tortura e de motivação racial - que agravaria as penas - uma contradição já que vários agentes foram condenados por injúrias racistas.

O caso remonta a 5 de fevereiro de 2015 quando um jovem do bairro da Cova da Moura, na Amadora, foi detido por ter apedrejado uma carrinha da polícia, de acordo com a versão dos agentes que foi desmentida agora pelo tribunal. Um grupo de jovens deslocou-se à esquadra local para saber da situação de Bruno Lopes e acabaram detidos ilegalmente e agredidos. À frente da estação policial, foram baleados e, posteriormente, sequestrados. Os agentes mentiram nos autos para incriminar os jovens. É o que diz a sentença proferida pela juíza Ester Pacheco. “O que aconteceu foi sem dúvida um grave abuso de autoridade”, destacou a presidente do coletivo de juizes sobre este caso sem precedentes na justiça portuguesa. A magistrada citou ainda o Código Deontológico da PSP e afirmou que o dever da polícia é “proteger a dignidade humana” e que estes agentes “se excederam nas suas funções”.

Trinta sessões depois e ouvida uma centena de testemunhas, o único polícia condenado a prisão efetiva foi Joel Machado - um ano e seis meses - porque constava já no seu cadastro uma pena pelo crime de ofensa à integridade física qualificada por factos ocorridos em 2010. A juíza deixou claro que os crimes que praticou no âmbito deste processo se deram quando vigorava a suspensão da pena anterior e que demonstra que essa medida não o dissuadiu de reincidir. Para os restantes, optou por penas suspensas em cúmulo jurídico entre dois meses e cinco anos de prisão por não terem antecedentes penais.

Defesa anuncia recurso

Na sala do tribunal, antes da leitura da sentença, viveram-se momentos de tensão à entrada com vários agentes à civil a impedirem a entrada de moradores da Cova da Moura na zona de visitantes. Num recinto repleto de elementos das forças de segurança, só dois dos assistentes do bairro da Amadora no processo é que conseguiram entrar depois de fortes protestos da advogada de acusação, Lúcia Gomes, contra a falta de equilíbrio na disposição dos visitantes. Cerca de duas dezenas, ficaram do lado de fora.

No fim, os arguidos foram recebidos com aplausos pelas dezenas de polícias que se encontravam no exterior do tribunal. Em declarações à comunicação social, Isabel Silva, advogada de defesa de 16 dos 17 arguidos, considerou que a maior parte do seu objetivo estava alcançado com a absolvição de mais de metade dos agentes. “Vamos analisar o acórdão e apresentar recurso. Consideramos que eles são inocentes e vamos lutar



Graffiti ilustra presença policial no bairro

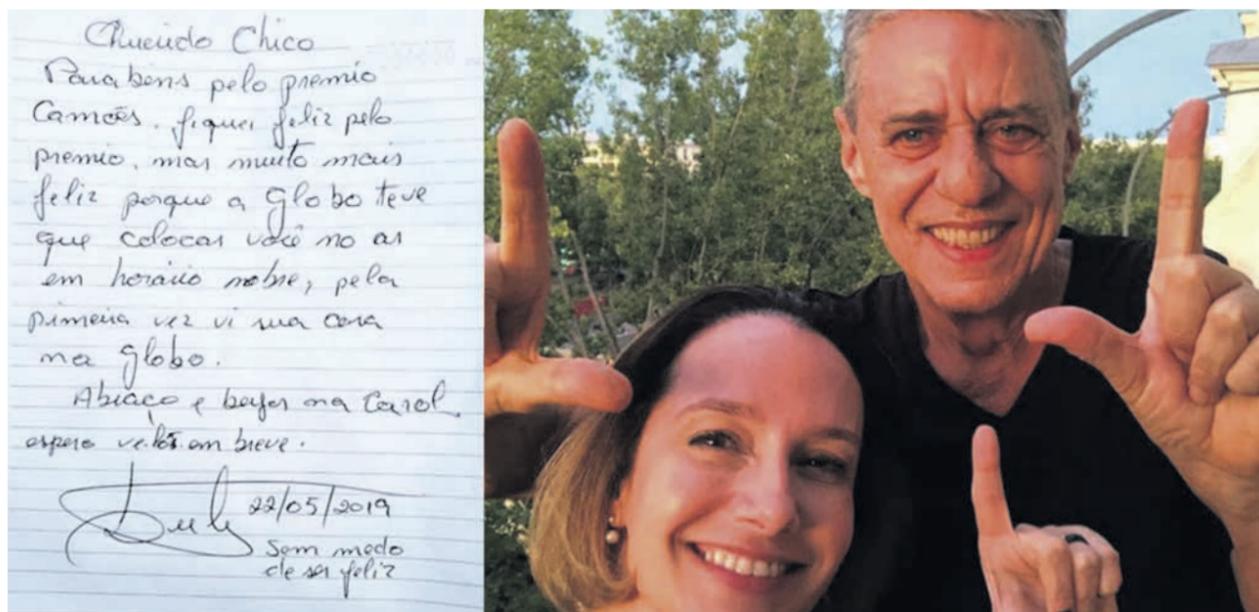
por isso até às últimas instâncias. Queremos a absolvição pura e simples”, afirmou.

O presidente do Sindicato Unificado da PSP, Peixoto Rodrigues, defendeu os agentes e afirmou que continuarão “a zelar todos os dias pela segurança dos cidadãos e a exercer as suas funções”.

Já a advogada da acusação afirmou à A Voz do Operário que espera que este acórdão “seja um farol para as instituições, principalmente para a PSP”. É uma “vitória das vítimas e da população da Cova da Moura”. Lúcia Gomes recordou que na sala do tribunal a PSP se fez representar durante as sessões por comissários e intendentos “que defenderam sempre esta versão que agora se provou ser mentira”. Para a advogada, é um resultado que pode surpreender porque o “contexto social é desfavorável às vítimas e favorável aos polícias” mas fica aquém do que seria “justo”. Não compreende como é que “não se condenam os agentes por omissão de auxílio às vítimas” e como é que se “deixa cair” a acusação de motivação racial dos crimes “quando se prova que houve injúrias racistas”.

Para Flávio Almada, um dos jovens sequestrado e agredido na esquadra da Amadora, “simbolicamente”, esta sentença já mostra da parte do Estado “uma pequena vontade de fazer justiça”. Dantes, “nunca acontecia nada, até em casos de mortes estranhas”. Em declarações à A Voz do Operário, afirmou, ainda assim, que “os tribunais não são algo neutro”, que as penas foram “leves demais” face ao “sofrimento causado às famílias e à comunidade” e que faltava uma mensagem “mais forte à instituição policial”. Questionado sobre o recurso da defesa, Flávio Almada quis frisar que os agentes “saíram do tribunal muito beneficiados e que deviam estar felizes”.

PRÊMIO CAMÕES



Lula da Silva enviou carta com felicitações a Chico Buarque

Chico Buarque vence Prêmio Camões 2019

O músico e escritor Chico Buarque é o vencedor do Prêmio Camões 2019, anunciou o júri, na Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro. O brasileiro afirmou numa curta declaração divulgada pela assessoria que ficou “muito feliz e honrado de seguir os passos de Raduan Nassar”, o seu compatriota distinguido com o prêmio em 2016.

O músico e escritor brasileiro fora já distinguido com o prêmio Jabuti, o mais importante prêmio literário no Brasil, pelos romances “Estorvo”, “Leite Derramado”, obra com que também venceu o antigo Prêmio Portugal Telecom de Literatura (atual Prêmio Oceanos), e por “Budapeste”.

Chico Buarque foi escolhido pelos membros do júri Clara Rowland e Manuel Frias Martins, professores universitários indicados pelo Ministério da Cultura, pelo ensaísta Antonio Cícero Correia Lima e pelo professor António Carlos Hohlfeldt, indicados pelo Governo brasileiro, pela professora angolana Ana Paula Tavares e pelo professor moçambicano Nataniel Ngomane.

Escritor, compositor e cantor, Francisco Buarque de Holanda nasceu em 19 de junho de 1944, no Rio de Janeiro. Estreou-se no romance com “Estorvo”, em 1991, a que se seguiram “Benjamim”, “Budapeste”, “Leite Derramado” e “O Irmão Alemão”, publicado em 2014. Em 2017, venceu em França o prêmio Roger Caillois pelo conjunto da obra literária.

O Prêmio Camões de literatura em língua portuguesa foi instituído por Portugal e pelo Brasil em 1988, com o objetivo de distinguir um autor “cuja obra contribua para a projeção e reconhecimento do património literário e cultural da língua comum”.

Foi atribuído pela primeira vez, em 1989, ao escritor Miguel Torga.

Lula da Silva festeja a decisão

O ex-Presidente brasileiro Lula da Silva, preso em Curitiba desde abril do ano passado, escreveu uma carta ao músico e escritor felicitando-o pela sua vitória no Prêmio Camões 2019. Na carta, partilhada nas redes sociais do antigo chefe de Estado, Lula diz estar feliz pelo prêmio atribuído ao artista e escritor brasileiro, frisando que o motivo da felicidade foi maior ao ver

que a TV Globo tinha dado destaque a Chico Buarque.

“Fiquei feliz pelo prêmio, mas muito mais feliz porque a [TV] Globo teve que colocar você no ar em horário nobre, pela primeira vez vi a sua cara na Globo”, escreveu o histórico líder do Partido dos Trabalhadores.

O primeiro concerto em Portugal

Há 39 anos, em plena ditadura militar no Brasil, Chico Buarque pisou pela primeira vez em democracia os palcos portugueses na Festa do Avante!. “Depois do concerto, ele reconheceu que foi especial e disse: ‘Nunca mais se vai repetir uma coisa destas’. Não sei se foram os astros, houve ali um clima perfeito naquilo tudo, e o Chico, pela atitude dele, foi fundamental”, contou à Lusa o jornalista António Macedo, que acompanhou o músico brasileiro nos dias que passou em Portugal, que culminaram no concerto de encerramento da Festa do Avante!, a 13 de Julho de 1980.

O concerto, o primeiro de Chico Buarque em Portugal depois do 25 de Abril de 1974, reuniu uma ‘embaixada’ de músicos brasileiros, com Edu Lobo, os MPB 4 e Simone, como contou um dos responsáveis pela programação da festa anual do PCP, Ruben de Carvalho: “O Chico é um pai de santo, vai toda a gente atrás”.

Para o ‘clima perfeito’ terão concorrido o momento histórico, com os “brasileiros cheios de ‘pica’” contra a ainda vigente ditadura militar – rumo ao movimento “Diretas, já” –, aponta Ruben de Carvalho, a química entre os músicos gerada numa viagem recente a Angola, ainda muito presente, e a emoção da morte de Vinícius de Moraes, dias antes do concerto que se realizou no Alto da Ajuda, então recinto da Festa do Avante!.

“Quando olhou para aquela vastidão de terreno à frente, ele que é um tipo muito envergonhado, que não gosta de concertos, disse: ‘Isto é tudo para o povo?’”, conta.

Estava “completamente apavorado”, recorda António Macedo, que se lembra de lhe ter ouvido um “Eu não canto”. Cantou. “Transcendeu-se. Esteve praticamente duas horas em palco”, lembra, naquela que António Macedo escreveu para o jornal *Se7e* ter sido “a maior plateia” que Chico jamais tivera pela frente.

EDUCAÇÃO

UNESCO seleciona projeto que defende mundo melhor



Projeto “Kid’s Guernica” em Portugal

De acordo com o *Abril Abril*, a Comissão Nacional da UNESCO em Portugal selecionou o projeto “Kid’s Guernica” como um dos três melhores projetos nacionais candidatos ao Prêmio UNESCO – Japão para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, nesta edição de 2018.

O vencedor foi “Por um Mundo Melhor”, elaborado pelo aluno Leonel Nanque Baldé, do 9.º C da Escola D. João I, na Moita. Resta agora aguardar pelo resultado do júri internacional, que se prevê acontecer em Setembro próximo.

Num comunicado, a AMRS explica que se candidatou ao prêmio com o objetivo de “partilhar um exemplo de boas práticas no domínio da educação e, neste caso concreto, na área do desenvolvimento sustentável”.

Desenvolvido pela AMRS e municípios associados, desde 2005, o projeto “Kid’s Guernica” traduz a intenção de construir “uma região atenta aos valores da paz, da liberdade, da igualdade, e solidariedade”. Inspirado na famosa Guernica, de Pablo Picasso, tem ainda como objectivo “relembrar que a guerra ainda hoje é uma realidade que massacra a humanidade e que urge erradicar do mundo”.

O lema deste ano foi “Arrábida Biosfera”, com o intuito de refletir sobre os temas da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, “atendendo à importância do reconhecimento de um território”.

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 E. 218 875 213 TM. 919 311 363

A VOZ dos livros



O lírico erotismo em *Perfil dos Dias*, de Manuel Veiga

«Poeta é», diz-nos Manuel Gusmão, «aquele que constrói ou compõe um mundo de palavras e de possíveis verbais, com o qual reconfigura, faz, desfaz, refaz e acrescenta o mundo de mundos que é o nosso». Que nos faz compreender o mundo, este nosso estreito mundo que a palavra poética, através dos seus signos linguísticos, tenta ampliar e tornar reconhecível. O poeta irá, desse modo, participar, numa constante evolutiva, na sua reconfiguração

Diz-nos Manuel Veiga neste *Perfil dos Dias*, que são *Esquivas as palavras/o tempo fugidio/e os olhos/mágoas*. Mesmo quando sabemos do tempo que se esvai, da ruga que na almofada amanhece e com ela mais um sinal da brevidade da vida, o poeta estará atento a esse rumor ácido que pontua os dias e saberá sempre, na luminosidade de um verso, ultrapassar o instante porque *Soberbos, porém, os dias/Assim cativos de pedras/e de medos*, hão-de transfigurar-se e criar raízes no território incontaminado das palavras.

Manuel Veiga consegue, neste seu *Perfil dos Dias*, em que o erotismo, que é sinal de apego à vida, percorre grande parte do seu corpo diegético, uma voz mais serena, mais interiorizada do que lhe reconhecemos de livros anteriores: há nele uma exigente depuração oficial, um amplo sentido das palavras, a exposição do seu íntimo rumor.

O que é a matéria da vida? Essa *Gota de água ou cúpula de sol*, esse húmus que nos conduz a uma contínua angustiante perplexidade, a extensão dos sonhos, a capacidade de, apesar dos pesares, linimentos de um corpo em lenta combustão, conseguirmos reflectir, intuir sobre os sortilégios elementares, sobre o modo (modos extensos, diversos, intemporais) de estar vivo neste avassalador sufoco do tempo, que a contemporaneidade, mesmo quando o poeta dela se resguarda (*Lá fora o Mundo./Dentro o sopro de uma sonata*), convoca e limita?

A matéria essencial (as palavras) sobre que especula Manuel Veiga, a construção da palavra(s) com que ergue os poemas, e neles tenta redescobrir a Vida, traçar o perfil dos dias que lhe coube (cabe) viver e o que à volta dela mais o amargura, seduz e estremece.

Manuel Veiga não deixa de trazer ao discurso poético a diversidade conjuntiva com que esta fala se ergue e se constrói, é nesse fulgor, nesse delta de raízes, que estes versos nos arrebata em sua contínua transfiguração. Porque, afinal, só conseguimos traçar, dos dias que vivemos, o perfil, se usarmos as palavras justas e delas a essência, como acontece neste livro.

Perfil dos Dias, de Manuel Veiga – Coleção A Água e a Sede – Edição Modocromia/2019

Domingos Lobo

PARLAMENTO EUROPEU

Abstenção volta a marcar eleições



Só 30,73% dos eleitores foram votar

As eleições ao Parlamento Europeu ficaram marcadas, uma vez mais, pela elevada abstenção. Apesar de ter havido mais gente a votar em Portugal, a introdução de cerca de um milhão de eleitores nos cadernos fez baixar a taxa de participação. Assim, a afluência às urnas (31,1%) foi uma das mais baixas da União Europeia com Portugal a aparecer em sexto lugar a seguir a países como a Eslováquia (22,74%), Eslovénia (28,29%), República Checa (28,72%), Croácia (29,65%) e Bulgária (30,83%). A média europeia foi de 50,82%.

Como há cinco anos, o PS voltou a encabeçar os resultados com 33,38%, uma ligeira subida de dois pontos percentuais que, ao contrário das expectativas, deu apenas para eleger mais um deputado. O PS leva, assim, para Bruxelas, nove eleitos.

O PSD, que há cinco anos se tinha apresentado em coligação com o CDS-PP, obteve o pior resultado de sempre neste tipo de eleições (21,94%). Contudo, se a este resultado se somar os votos do CDS-PP (6,19%), percebe-se que na verdade atingem os mesmos números de há cinco anos, quando tiveram 27,71% e os mesmos eleitos (PSD com sete e CDS-PP com um). Nesse ano, tiveram o pior resultado das últimas 38 eleições. É uma pesada derrota que revela que o governo liderado

por Passos Coelho continua a deixar má memória aos portugueses.

Depois de ter perdido dois deputados e de só ter conseguido eleger Marisa Matias nas últimas eleições, o BE não consegue regressar aos três eleitos mas passa de 4,56% para 9,82% e consegue colocardois representantes no Parlamento Europeu.

Já a CDU passa de 12,68% para 6,88% e volta a levar dois eleitos como tem conseguido de forma consecutiva desde 1999, com a exceção de há cinco anos, quando conseguiu eleger três deputados, apesar da redução sucessiva de representantes portugueses (25 em 1999, 24 em 2004, 22 em 2009 e 21 a partir de 2014).

O resultado do CDS-PP comparado com o obtido da última vez em que concorreu sozinho (2009) revela a perda de dois pontos percentuais e de um deputado.

O PAN consegue elegerum deputado pela primeira vez, chegando aos 5,08%.

Portugal elege 21 de 751 eurodeputados. Foram a escrutínio 17 forças políticas: PS, PSD, CDU, BE, CDS, PAN, Aliança, Livre, Basta, Nós, cidadãos!, Iniciativa Liberal, PCTP/MRPP, PNR, PDR, PURP, PTP e MAS.

GEOPOLÍTICA



Estados Unidos são um dos principais aliados da Arábia Saudita

Dois pesos, duas medidas

Raúl Ramirez

Campanhas e manobras agressivas multiplicam-se por todo o mundo – sendo os palcos das mais intensas e perigosas o Extremo Oriente, a América Latina, o Médio Oriente, o Norte de África e o Leste Europeu – pondo em causa a soberania, a paz e a economia dos países e povos alvo dessas campanhas. Os grandes objetivos são, como não poderia deixar de ser, a captura das riquezas desses países (em alguns casos imensas riquezas) e o fim de projetos políticos que, de alguma forma, põem em causa os objetivos das grandes potências, em especial Estados Unidos da América, Japão e os países do diretório da União Europeia.

Um dos principais instrumentos destas campanhas e manobras são os órgãos de comunicação social de grande divulgação, que são quase absolutamente controlados pelos grandes interesses económicos. Este controlo tem-se vindo a impor de tal forma que hoje ninguém duvida que o seu objetivo não

é mais informar. É sim confundir, deturpar, mentir e provocar.

Sendo este um diagnóstico de extrema gravidade tem, pelo menos, uma vantagem: deixar ainda mais a nu o poder, os objetivos e a falta de escrúpulos desses tais grandes interesses económicos que hoje controlam muito das nossas economias e sociedades.

Uma das formas mais gritantes como essa agenda se manifesta é o sistema de dois pesos e duas medidas aplicado na análise e intervenção sobre a realidade. Atentemos por exemplo à facilidade com que a comunicação social, governos, organizações internacionais, ONG's e outras atribuem a chancela de ditaduras – muitas vezes justificadas, outras não – a diversos governos que não seguem os objetivos ou os ditames dos grandes interesses económicos. Por outro lado, nada dizem sobre algumas das ditaduras mais reacionárias e ferozes quando estas fazem parte dos seus planos e estão sob seu controlo, sendo o caso da Arábia Saudita o mais vergonhoso. Ou a forma como conseguem erigir em “democracia” um projeto po-

lítico baseado na expulsão dos povos que habitam uma região desde há milénios, na guerra, na agressão constante, na humilhação, na *guetização* e no apartheid, como é o caso de Israel.

Neste último caso, diversos governos e organizações internacionais não se mostram minimamente condicionadas em, por ação ou omissão, seguirem as suas políticas ao arripio de sucessivas resoluções das Nações Unidas e do Direito Internacional.

A situação da Venezuela tem-se agravado nos últimos tempos sendo também, desgraçadamente, um bom exemplo do que antes se disse. Um aventureiro proclama-se Presidente da República, apesar de haver um Presidente eleito legitimamente há menos de um ano com mais de 2/3 dos votos expressos? Não faz mal, como é expressão e agente dos tais interesses económicos dominantes – e que têm grande interesse nas incontáveis riquezas daquele país – passa de imediato a ser considerado o Presidente da Venezuela, nuns casos mais envergonhados seguido do epíteto de “interino” ou “autoproclamado”.

Este processo de resto, para quem tiver o mínimo de honestidade e sentido crítico, deixa claro que a aventura do tal “autoproclamado Presidente” não podia deixar de ser ou estimulada ou dirigida (aposta-se mais nesta última hipótese) pelos governos mais reacionários e agressivos daquela região: EUA de Trump, Colômbia de Duque ou Brasil de Bolsonaro.

Seria de esperar que o governo português denunciasse e se demarcasse de uma aventura ilegal, contrária à Constituição da República Portuguesa e aos princípios mais básicos do Direito Internacional (e do bom-senso, diga-se). Mas não. Como a Venezuela é um dos casos em que interessa aplicar o “peso e as medidas” dos grandes interesses económicos, também o governo português (assim como outros governos e a União Europeia) foram atrás destas manobras perfeitamente inqualificáveis. Há a tentação de sugerir o seguinte exercício hipotético: “Qual seria a reação se de outro país se tratasse (como dos EUA por exemplo, onde o Presidente eleito e em funções teve menos votos expressos que a sua concorrente)? Mas a conjectura é tal forma inconcebível que nem é possível levá-la muito longe.

Outra manifestação destes “pesos e medidas” diferentes conforme quem pratica os atos é-nos dada a ver pela forma como os órgãos noticiosos, as redes sociais e os governos tratam a legitimidade (e obrigação) soberana do Estado venezuelano em estabelecer a ordem nas ruas perante as sucessivas aventuras destes mercenários (alguns assumidos, outros mal disfarçados). Não vimos ninguém falar da forma como o Estado francês reprimiu as manifestações dos últimos meses. Não se ouve ninguém falar dos presos políticos em países considerados tão democráticos como Espanha ou EUA (recorde-se, por exemplo, que Mumia Abu-Jamal está preso há mais de 37 anos). Mas, se perante ostensivas provocações o Estado venezuelano se vê obrigado a agir para defender a sua integridade territorial, a ordem constitucional e a liberdade de circulação de pessoas e bens nas ruas, isso já são provas de uma repressão inaceitável.

Em suma, é importante termos sempre consciência que muito pouco do que se passa na política e relações internacionais é por acaso e, ainda menos, que os diversos atores estão em igualdade de circunstâncias. É preciso manter o espírito crítico e não perder de vista que a comunicação social é detida e controlada pelos grandes interesses económicos e que muitos dos governos e agentes políticos também estão ao serviço desses mesmos interesses, não hesitando em mentir, deturpar e provocar para atingir os seus fins.

LITERATURA

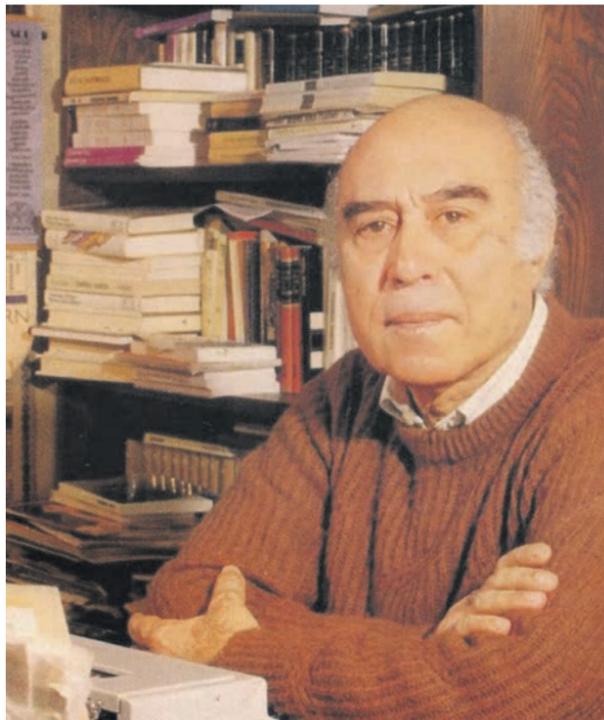
O homem inconformado

100 anos de Fernando Namora

Jorge Carvalho

Para os homens e mulheres de vida imensa não pode haver uma biografia simples. Quando temos dificuldade em compreendê-los e não podemos apenas acorrentá-los para sempre com as grilhetas da profissão, fazemos uma descrição factual da sua passagem pelo mundo, relevando um feito, uma curiosidade, uma breve mudança. Cem anos depois de nascermos, muitos dos que nos conheceram profundamente já cá não estão e resta-nos essa cronologia sem encanto. Onde encontramos, então, a vida a ser celebrada num centenário?

Fernando Namora (n. 15 de abril, 1919) foi, nas suas próprias palavras, homem, médico e escritor. E dentro dessa definição simples foi um universo de contradições, de frustrações, de deslumbramentos. Nasceu numa época em que se começava a afirmar a ideia de um “homem de cultura integral” (Bento de Jesus Caraça), um homem que não se limitasse a andar pela vida, mordendo a própria cauda. E talvez seja a partir daí que descobrimos Namora. Foi um tio que, em criança, lhe mostrou outros mundos nos livros de Gorki e Émile Zola e com eles a consciência do outro. Tendo crescido numa família pequeno-burguesa, viu o pai ser consumido por um cancro e, para não decepcionar a mãe depois de todo aquele sofrimento, acabou por seguir a vontade da família, frequentando a Faculdade de Medicina em Coimbra contrariado. Fez parte da geração de 40 com Carlos de Oliveira, João José Cochofel (seu irmão de Coimbra), Joaquim Namorado e João Gaspar da Costa e com eles desenhou um pouco daquilo que viria a ser o Neorealismo português, muito inspirado por Afonso Duarte na poesia telúrica (a sua contribuição para o *Novo Cancioneiro* é, aliás, “Terra”) ou Abel Salazar,



O escritor Fernando Namora

por tantos motivos que valeriam, aqui, um outro texto. Casou, teve filhos, foi um *João Semana* em Monsanto e Pavia. Viveu numa Lisboa de grandes contradições. Foi um dos primeiros autores portugueses a ser amplamente traduzido. Tudo isto está documentado e ajuda, claro, a criar uma ideia sobre Namora não muito diferente da de qualquer outro artista. Mas não é suficiente.

Porque tem Namora aquele ar circunspecto e triste que as fotografias mais antigas nos dão, antes do sorriso

aberto e franco que exhibe na sua imagem mais popular? É na poesia e nos romances deste então jovem médico que vamos descobrir a intimidade torturada, a procura constante de uma luz que teimava em não vir. Procurou, inconformado. Chega a parecer, por vezes, nas suas personagens, que se desiludia de tal forma com as pessoas que as abandonava à sua sorte. Disse, muitas vezes, que não tinha interesse em contar a realidade e que preferia a ficção. Mas, como disse bem o seu amigo Joaquim Namorado, Namora não se limita a contar uma história ou a ser um médico burocrata. Ele intervém no meio, como homem, médico e escritor e “empresta a sua inteligência e sensibilidade às personagens” que viviam num mundo bem real de abandono, de fome, de ignorância e de tantas outras idiosincrasias que o fizeram duvidar de tudo. Era aqui que as suas várias dimensões se cruzavam, que se enredavam no meio das palavras, num remoinho desorientador ou, como o próprio diz na sua autobiografia, uma “desintegração libertadora” (*Autobiografia*; o *journal*; 1987). Sentimo-lo, até, perdido.

Em cada percurso que fazemos com Fernando Namora, encontramos, por fim, uma luz. Não está numa resposta, numa conclusão moralista ou na tragédia. Está, isso sim, como o próprio, por detrás desta nossa condição de homens e mulheres, nesta química do mundo, que nos junta, que nos separa, que nos distingue. Está na criança que nasce, no pão que acaba por aparecer, no sol da manhã, no céu estrelado, no gozo da chuva na cara, nas grandes paisagens amplas ou no reboiço da cidade. E é essa maravilha que ele nos ajuda a encontrar.

[O Museu do Neo-Realismo exhibe, até novembro, uma exposição evocativa dos 100 anos de Fernando Namora, com curadoria brilhante do Prof. Doutor António Pedro Pita.]

Sugestões culturais:

A matança ritual de George Mastromas
Teatro Nacional D. Maria II



O novo trabalho de encenação de Tiago Guedes está em cena até 28 de junho e apresenta o texto do dramaturgo britânico Dennis Kelly, que mergulha na banalidade do mal de Mastromas.

“A existência não é aquilo que até este momento pensaste que era. Não é honesta, não é gentil, não é justa.

As Férias do Senhor Hulot
Cinemateca Júnior



Sábado, dia 22 de junho, às 15h00 será exibido o filme de Jacques Tati. “O senhor Hulot é o homem que perturba as normas, tornando-se revelador dos pequenos vícios e do ridículo que fazem parte da vida comum de todos nós, um mundo que tem aqui o seu microcosmo numa estância balnear.

Crioulo Quântico de Filipa César
Fundação Calouste Gulbenkian



“A artista apresenta uma instalação e um filme de ensaio que resultou de um processo de pesquisa coletivo e que introduz vários formatos de imagem em movimento como o vídeo, o 16 mm e a animação 3D, numa abordagem sobre dinâmicas de criouliização, no seu contexto histórico e biológico – entre elas, a dimensão subversiva de códigos linguísticos e noções de tecedura.”

A censura e o vandalismo na arte,
Victor Correia Edições Página a Página



“Considerações negativas sobre a personalidade dos artistas, o sexismo na arte, as segregações etárias, a rejeição de obras de arte, nomeadamente sobre a arte religiosa, a arte política, a arte não ocidental, a arte erótica, e a arte abstrata: no presente livro pretende-se falar destas formas de discriminação e de intolerância, compará-las entre si, e analisar os seus motivos.”

VOZ

José Fernandes Alves, um obreiro d'A Voz do Operário

A história do jornal *A Voz do Operário* é uma construção colectiva ao longo de gerações, desde 1879. Um dos seus mais destacados obreiros até hoje foi certamente José Fernandes Alves, responsável pela redacção desde 1903 até falecer em 1931. Foi também ele quem em 1906 lançou a ideia da Sociedade *A Voz do Operário* construir o que é hoje o seu edifício sede.

Nascido em Lisboa, a 1 de Fevereiro de 1866, Fernandes Alves começou a trabalhar muito novo como operário gráfico. Revoltado perante a “casta privilegiada” da monarquia, começou por aderir à causa da república. Com apenas 15 anos de idade já era redactor do jornal republicano *O Sufrágio Universal* e militante de dois clubes republicanos lisboetas. Mas chegou à conclusão “que república e monarquia não eram mais do que regimes burgueses, destinados a manter a preponderância capitalista” sobre a classe trabalhadora. E juntou-se ao partido operário que existia, o antigo Partido Socialista Português (PSP). Veio a tornar-se um dos mais destacados jornalistas da imprensa operária da época, colaborando gratuitamente em inúmeros jornais de Portugal e também de Espanha.

O movimento gráfico de 1904

Em 1904 Fernandes Alves foi um dos dirigentes do “mais importante movimento reivindicativo até então levado a cabo, visando a implantação em Portugal da contratação colectiva”, como sublinha Francisco Canais Rocha.

Os operários gráficos de Lisboa chegaram então a acordar com o patronato um aumento salarial e um limite de 9 horas por dia para o horário de trabalho. Mas um

sector do patronato boicotou o acordo: os proprietários de jornais (quer monárquicos quer republicanos) decidiram encerrar as suas oficinas gráficas - fizeram *lock out* - para forçarem os trabalhadores a ceder. Por sua vez o governo proibiu o boletim do sindicato e ameaçou os dirigentes sindicais de serem deportados para Timor. Durante alguns dias Lisboa esteve sem jornais. Até que os trabalhadores cederam.

Tal como outros sindicalistas, Fernandes Alves acabou despedido da gráfica onde estava empregado. Foi na sequência deste episódio que ele veio trabalhar para a Sociedade *A Voz do Operário*, primeiro como tipógrafo, mais tarde como empregado de escritório e bibliotecário.

Divulgação do marxismo

Na época em que viveu Fernandes Alves salientou-se pelo apoio ao feminismo, à autonomia do movimento operário face aos governos republicanos e à divulgação do marxismo em Portugal.

Traduziu textos marxistas como “*Bosquejo do Socialismo Científico*” de Gabriel Deville, “*O Catecismo do Trabalhador*” de Paul Lafargue (genro de Karl Marx), “*A Mulher e o Socialismo*” de August Bebel, “*A Primeira Internacional*” de Karl Kautsky ou “*Karl Marx e a sua obra*” de Miguel Aquino.

Alguns destes textos foram publicados n'A *Voz do Operário* e era Fernandes Alves quem estava aqui à frente da redacção em 1911, quando este jornal publicou a primeira edição em língua portuguesa d'O *Capital* de Marx, na versão resumida por Gabriel Deville.

A Voz do Operário há 100 anos

O horário de trabalho

Quando saíu o decreto estabelecendo o novo horário de trabalho, logo surgiram as reclamações dos industriaes e das suas respectivas associações, a quem a nova ordem de cousas ia affectar nos seus interesses egoistas. E por todas as fórmulas se tem tratado de protelar o cumprimento e a execução d'uma lei de todo ponto justa e humanitaria.

Ultimamente, tinha-se marcado o prazo de 30 dias para attender ás varias reclamações. Pois precisamente, ao findar o prazo, a folha official publica o seguinte documento:

«Considerando a necessidade de se estudar devidamente o regulamento do decreto com força de lei n.º5:516, de 7 de maio de 1919, de modo a conciliar quanto possivel os justos interesses do trabalho, em todas as suas manifestações da actividade social;

Tendo em vista o que se acha tambem preceituado no decreto n.º5:534, manda o governo da Republica Portuguesa, pelo ministro interino do trabalho, encarregar de elaborar o regulamento e estudos necessarios sobre o horario das oito horas de trabalho, de harmonia com o decreto n.º5:516, a comissão constituída pelos seguintes cidadãos: Alvaro Almeida Cruz, engenheiro e chefe da repartição da defesa do trabalho, que será o presidente; engenheiro Antonio Lobo Aboim Inglez, José Maria Alvares, Manuel da Costa Lima, Thomaz Reis de Carvalho, engenheiro Manuel Francisco da Costa Serrão, Luiz Duarte Lopes, Antonio Alves Duarte, Augusto Marques, Amilcar Costa, João Ferreira Cabecinha e José Luiz Caetano.

O governo espera do zelo, actividade e intelligencia de todos os vogaes da comissão a quem confia tão importante assumpto, a sua rapida solução, como exigem os interesses valiosos que se acham ligados, de todos os ramos de trabalho, ficando sem effeito a portaria publicada no Diario do Governo n.º137, de 16 do corrente mez.

Paços do governo da Republica, 14 de junho de 1919. - O ministro interino do trabalho, Jorge de Vasconcellos Nunes.»

De fórmula que o assumpto, até aqui protelado por 30 dias, agora fica protelado por...30 anos. Rasão temos nós quando affirmamos que o Estado é o protector de todos os exploradores, e protege e patrocina todas as infamias patronaes.

3 de junho de 1919



DECLARAÇÃO DE IRS 2018 AJUDAR ASSIM NÃO CUSTA A VOZ DO OPERÁRIO

Através da sua **declaração de IRS**, os amigos d'A Voz podem consignar a favor desta 0,5% do valor que pagaram. Basta, no **campo 11**, assinalar a opção “Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Pessoas Coletivas de Utilidade Pública” e preencher com o NIF d'A Voz do Operário **500 259 518**. O valor pago de IVA pode ser igualmente consignado, bastando para isso assinalar o campo respetivo.

Este apoio **não tem qualquer custo**, uma vez que a percentagem em causa diz respeito ao imposto já liquidado e que ficaria em poder do Estado.



A VOZ
DO OPERÁRIO